

# MONOPÓLIO DA TERRA NO BRASIL

Impactos da expansão de monocultivos para a produção de agrocombustíveis



## EXPEDIENTE

**Monopólio da Terra no Brasil:  
Impactos da expansão de monocultivos  
para a produção de agrocombustíveis**

Texto: Maria Luisa Mendonça

Artigo: “Mulheres Canavieiras”: Marluce Melo e Renata Albuquerque.

Artigo: “Os Canavieiros”: Daniel Viegas.

Fotos: Douglas Mansur, Carmelo Fioraso e Maria Luisa Mendonça.

Foto de Capa: Douglas Mansur

Projeto Gráfico e Diagramação: Luciane Udovic Bassegio

Assessoria administrativa: Marta Soares, Claudia Felipe e Silvana Silva.

Apoio para pesquisa e publicação: CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço, EED - Evangelischer Entwicklungsdienst, ICCO & Kerk in Actie, Oxfam.

Publicação: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra, Março de 2010.

Colaboraram com a pesquisa de campo: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cosmópolis (SP) e Movimento Sem Terra (MST).

Informações:

**Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**

Rua Castro Alves, 945 - São Paulo, SP - Cep: 01532-001, Brasil

Tel/Fax: 55- 11 - 3271-1237 | 3271-4878

Email: [redesocial@social.org.br](mailto:redesocial@social.org.br) - [www.social.org.br](http://www.social.org.br)

**Comissão Pastoral da Terra**

Rua Esperanto 490 - Recife, PE - Cep: 50070-390, Brasil

Tel/Fax: 55-81-32314445

Email: [cptpe@terra.com.br](mailto:cptpe@terra.com.br) - [www.cptpe.org.br](http://www.cptpe.org.br)

# ÍNDICE

<b>Monopólio da Terra no Brasil</b>	05
Importância da Agricultura Camponesa	07
Subsídios para o latifúndio e avanço da fronteira agrícola	07
<b>Avanço da fronteira agrícola agrava crise climática</b>	<b>09</b>
A expansão do monocultivo de cana-de-açúcar	11
Monopólio da Água e devastação do Cerrado	13
Capital internacional no setor sucro-alcooleiro	15
Aumenta a desnacionalização no setor do etanol	15
<b>Expansão dos monocultivos e exploração do trabalho</b>	<b>19</b>
Trabalho Escravo	19
Grandes empresas na “lista suja”	19
Desemprego e trabalho degradante	22
Roubo na pesagem da cana	24
Doenças, mutilações e morte de trabalhadores	24
Migração	26
<b>Mulheres Canavieiras</b>	<b>29</b>
Gerações escravizadas pelo monocultivo da cana	29
A lógica brutal do modelo de produção para as mulheres	31
Migração e conseqüências para as mulheres	31
Desafios na conquista de direitos trabalhistas para as mulheres	32
<b>A expansão dos monocultivos e a contra-reforma agrária</b>	<b>33</b>
Falsa tentativa de certificação do etanol	38
Os Canavieiros: Pretexto dos Problemas e Excluídos das soluções	41
<b>Campanha pelo Limite Máximo da Propriedade da Terra no Brasil</b>	<b>43</b>

### Descoberta da Usina

“O canavial é a boca com que primeiro vão devorando  
matas e capoeiras, pastos e cercados;  
com que devoram a terra onde um homem plantou seu roçado;  
depois os poucos metros onde ele plantou sua casa;  
depois o pouco espaço de que precisa um homem sentado;  
depois os sete palmos onde ele vai ser enterrado.”

Trecho do Poema *O Rio*, João Cabral de Melo Neto



# Monopólio da Terra no Brasil <sup>1</sup>

“A concentração de terras não permite que o Brasil supere o problema da fome”.

O mais recente Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006, revela que as propriedades com menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área rural, enquanto as propriedades com mais de 1.000 hectares representam 43% do total.<sup>2</sup>

O IBGE identificou 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que representam 84,4% do total, mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. O Censo revela que a concentração da propriedade da terra medida através do índice de Gini aumentou de 0,852, em 1996, para 0,872 em 2006. Portanto, o Brasil é “campeão” mundial em concentração de terra e tem um dos piores índices mundiais em concentração de renda.

A concentração de terras não permite que o Brasil supere o problema da fome. Apesar de todo

o potencial agrícola do país, dados do IBGE mostram que 14 milhões de pessoas passam fome e mais de 72 milhões vivem em situação de insegurança alimentar. O conceito de insegurança alimentar significa que uma família pode ter acesso à alimentação hoje, mas não sabe se terá amanhã.

Isso mostra que a concentração da propriedade da terra está na raiz das desigualdades sociais e econômicas no Brasil. O chamado “agronegócio” se caracteriza por grandes monopólios agrícolas e industriais, sob forte influência do capital financeiro. O monopólio da terra impede que outros setores econômicos se desenvolvam, gerando desemprego, estimulando a migração e a submissão de trabalhadores a condições degradantes.

Como explica Caio Prado Jr., em seu livro *A Questão Agrária*: A “posição privilegiada” dos grandes proprietários “cria um monopólio virtual da terra em favor do relativamente reduzido número de grandes propriedades. Já chamamos a

<sup>1</sup> Texto de Maria Luisa Mendonça, da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

<sup>2</sup> IBGE, Censo agropecuário 2006 [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf)

atenção para esse fato, que tira da grande massa da população trabalhadora rural, outra alternativa que não a de se pôr a serviço da grande exploração”.<sup>3</sup>

Essa afirmação nos ajuda a compreender a importância da reforma agrária para o conjunto da classe trabalhadora, tanto no campo quanto na lavoura porque, quando os camponeses são destituídos

de sua terra e, em conseqüência, de seu meio de subsistência, cria-se uma massa trabalhadora desempregada, passível de exploração. Isso gera maior vulnerabilidade entre os trabalhadores rurais e urbanos. A partir daí, pode-se concluir também que a agricultura de subsistência tem um papel econômico importante para o conjunto dos trabalhadores.



FOTO: CARMELO FIORASO

A **concentração** da propriedade da terra está na raiz das desigualdades sociais e econômicas

<sup>3</sup> PRADO Jr., Caio. - *A questão agrária no Brasil*. Editora Brasiliense, São Paulo, 5ª. edição, 2007. p. 58.

## Importância da Agricultura Camponesa

Os camponeses hoje se encontram no centro da disputa por recursos naturais estratégicos. Regiões concentradoras de recursos naturais— como água, terra, minério e biodiversidade— estão no meio rural e passaram a ser o principal cenário de disputas geopolíticas, tanto em âmbito nacional quando mundial. Agências financeiras multilaterais, grandes empresas nacionais e transacionais e governos disputam o controle geopolítico de regiões ricas em recursos estratégicos, tanto agrícolas quanto energéticos e minerais. O avanço do capital sobre o meio rural se intensifica com a crise econômica, e agrava a exploração ambiental e trabalhista. Neste sentido, a resistência dos camponeses é estratégica para conter a devastação ambiental e a exploração dos trabalhadores no campo.

Apesar de ocupar apenas um quarto da área,

o Censo mais recente do IBGE constatou que a agricultura camponesa responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões). É responsável por 87% da produção de mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar identificada no censo foi a soja (16%).

Em relação à geração de empregos, 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura camponesa. Isso corresponde a 74,4% do total de trabalhadores no campo. Ou seja, de cada dez trabalhadores no campo, sete estão na agricultura camponesa, que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares. No caso da agricultura extensiva, em cada 100 hectares são gerados apenas dois empregos.

## Subsídios para o latifúndio e avanço da fronteira agrícola

Existe uma estreita relação entre concentração fundiária e apoio estatal para o desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil. Segundo nos explica Manuel Correia de Andrade em seu livro *A Terra e o Homem no Nordeste*: “Seu domínio se manifesta através da proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura... e ao completo desprezo às lavouras de subsistência”.<sup>4</sup>

Segundo análise de Frei Sérgio Górgen, dirigente do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), “No Plano Safra 2009/2010 foram destinados R\$ 93 bilhões para o agronegócio e R\$15 bilhões para a agricultura camponesa. Mesmo assim, sabe-se que, apesar da crescente oferta de recursos para a agricultura camponesa, apenas 1,2 milhões de estabelecimentos familiares têm acesso ao crédito, e na última safra utilizaram apenas

<sup>4</sup> ANDRADE, Manuel Correia de - *A Terra e o Homem no Nordeste*, Cortez Editora, São Paulo, 7ª edição, 2005, p. 64.

80% do que estava disponível. Isto significa que os camponeses utilizam apenas 14% do crédito agrícola total ofertado pelos bancos, através das normas e determinações da política do governo federal”.

Sobre o retorno financeiro da agricultura camponesa, Frei Sérgio Görgen afirma que, “1 hectare da agricultura camponesa teve, em média, uma renda de R\$ 677,00, enquanto que 1 hectare do agronegócio teve, em média, uma renda de apenas R\$ 368,00. Daquilo que vai para a mesa dos brasileiros, 70% é produzido pelos pequenos agricultores”.

Além de receber subsídios de forma desproporcional, o latifúndio se beneficia com outras formas de privilégio, como a Medida Provisória que legaliza a grilagem de terras na Amazônia, a “flexibilização” da legislação ambiental e trabalhista, a continuidade da prática de trabalho escravo, entre outras. Portanto, o latifúndio se utiliza permanentemente de formas primitivas de acumulação de capital, através da exploração da força de trabalho e de recursos naturais, como terra, água e biodiversidade.



FOTO: DOUGLAS MANSUR

O **Latifúndio** se beneficia da prática do trabalho escravo



# Avanço da fronteira agrícola agrava Crise Climática

“A expansão dos monocultivos para a produção de agroenergia destrói o ambiente e ocupa as melhores terras agrícolas do país.”

Esses benefícios aceleram a expansão da fronteira agrícola e contribuem para agravar a crise climática, já que o Brasil é o quarto país do mundo que mais emite gás carbônico na atmosfera, principalmente em consequência da destruição da floresta amazônica, que representa 80% das emissões de carbono no país. Além da destruição ambiental causada pelo uso indiscriminado de recursos naturais, a expansão dos monocultivos para a produção de agroenergia ocupa as melhores terras agrícolas do país, substituindo a produção de alimentos e chegando a áreas de proteção ambiental na Amazônia e no Cerrado.

O Censo Agropecuário de 2006 indica que:

- De 1996 a 2006, o aumento da expansão agrícola na Região Norte foi de 275,5%.
- Entre 1990 e 2006, houve um aumento anual de 18% das plantações de soja e de 11% da criação de gado na Amazônia.
- Entre 2006 e 2007, a safra da soja na região Norte teve um aumento de 20%.

Um estudo realizado na Universidade de Princeton constatou que o desmatamento na Amazônia para produção de diesel a partir da soja resulta em uma “dívida de carbono” que levaria 319 anos para ser compensada. Segundo o pesquisador Timothy Searchinger, “Florestas e pastos guardam muito carbono, portanto não há como conseguir benefícios ao transformar essas terras em cultivos para biocombustíveis”.<sup>5</sup>

Este tipo de estudo inclui informações sobre a mudança no uso do solo para avaliar o impacto da produção de agrocombustíveis. É necessário levar em conta o impacto da implantação de monocultivos em áreas onde a vegetação e o solo acumulam uma quantidade maior de carbono, como florestas e até mesmo áreas de pastagem. O problema de muitas pesquisas realizadas anteriormente foi excluir os impactos ambientais do modelo de produção, de utilização de recursos naturais (como terra e água) e da pressão sobre áreas de preservação ou de produção de alimentos.

<sup>5</sup> Science Magazine, 28/2/2008, *Use of U.S. Cropland for Biofuels Increases Greenhouse Gases Through Emissions from Land-Use change.*



O **Brasil** é o quarto país do mundo que mais emite gás carbônico na atmosfera.



FOTO: CARMELO FIORASO

## A expansão do monocultivo de cana-de-açúcar

Em relação ao avanço do monocultivo de cana para a produção açúcar e etanol, dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) mostram que, em 2006, eram 4,5 milhões de hectares e, em 2008, chegaram a 8,5 milhões de hectares. Esta expansão continua e é estimulada por recursos públicos.

Para a safra de 2009, a CONAB estimou a produção de 612.211 mil toneladas de cana, o que significa um aumento de 7,1% em relação a 2008. Segundo a CONAB, 45,08% da safra foi destinada à produção de açúcar e 54,9% à produção de etanol,

que resultou em 25,87 bilhões de litros do produto. A expansão da área plantada foi de 6,7%, ou cerca de 473 mil hectares. A maior expansão ocorreu na região Centro-Oeste, principalmente em Mato Grosso do Sul (38,80%) e Goiás (50,10%).<sup>6</sup>

Entre 2008 e 2009, estima-se que o setor sucroalcooleiro tenha recebido mais de R\$ 12 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos do BNDES destinados ao agronegócio são extraídos, em grande medida, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

<sup>6</sup>CONAB: [http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3cana\\_09.pdf](http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3cana_09.pdf)



FOTO: CARMELO FIORASO

## Monopólio da Água e devastação do Cerrado

Segundo estimativas da ONU (Organizações das Nações Unidas), 1,2 bilhões de pessoas não têm acesso à água potável e 2,4 bilhões não têm acesso a saneamento básico. Todos os anos, cerca de 2 milhões de crianças morrem por doenças causadas por água contaminada. Nos países mais pobres, uma em cada cinco crianças morre antes dos cinco anos de idade por doenças relacionadas à contaminação da água.

A produção de agroenergia agrava a poluição das fontes de água potável. Segundo um estudo da National Academies Press a qualidade da água subterrânea, dos rios, do litoral e das nascentes pode ser impactada pelo crescente uso de fertilizantes e pesticidas usados nos agrocombustíveis. Altos níveis de nitrogênio são a principal causa da diminuição do oxigênio em regiões conhecidas como ‘zonas da morte’, as quais são letais para a maioria dos seres vivos. A poluição sedimentada em lagoas e rios também pode causar erosão do solo.<sup>7</sup>

O governo elegeu o Cerrado como prioritário para a expansão das lavouras de cana para a produção de etanol. O cerrado é conhecido como “pai das águas”, pois abastece as principais bacias hidrográficas do país. Essa região apresenta uma

topografia favorável, com terras planas, de boa qualidade, e farto potencial hídrico, além de abrigar cerca de 160 mil espécies de plantas e animais, muitas ameaçadas de extinção. O avanço do monocultivo de cana e soja ameaça este bioma, que pode desaparecer completamente em alguns anos, caso se mantenha o atual ritmo de destruição, causando a morte de alguns dos principais rios do país.

Dados do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig), da Universidade Federal de Goiás, indicam que o ritmo atual de desmatamento do Cerrado poderá elevar de 39% para 47% o percentual devastado do bioma até 2050. Segundo um dos pesquisadores, professor Nilson Clementino Ferreira, “A abertura de áreas para pastagens e agricultura e principalmente o avanço da cana-de-açúcar – impulsionado pela demanda de biocombustíveis – deverão ser os vilões do Cerrado. O governo anunciou que a cana vai ter que expandir sobre áreas degradadas, mas não avisou isso aos usineiros”. A pesquisa demonstra ainda que a destruição do Cerrado coloca em risco a disponibilidade de recursos hídricos para o Pantanal e a Amazônia, pois estes biomas estão interligados.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> National Academies Press, *Report Considers Impact of Ethanol Production on Water Resources*, 10/10/07, <http://www.nationalacademies.org/morenews/20071010.html>

<sup>8</sup> Agência Brasil, *Estudo indica que desmatamento vai reduzir Cerrado à metade até 2050*, 19/06/2009.



FOTO: CARMELO FIORASO

## Capital internacional no setor sucro-alcooleiro

Há alguns anos verifica-se um aumento do ritmo de aquisições no setor sucro-alcooleiro, com um crescimento na participação de empresas estrangeiras e um aumento na concentração do poder econômico de determinados grupos.

Até 2005, os principais grupos estrangeiros com participação no setor eram as empresas francesas Louis Dreyfus, que adquiriu as usinas Cresciunial (em São Paulo) e Luciância (em Minas Gerais); e a Béghin-Say, que adquiriu as usinas Guarani e Cruz Alta em São Paulo. A empresa Cosan tinha participação dos grupos Béghin-Say e Trading

Sucden (Franco-Brasileira Açúcar e Álcool S/A), que adquiriram cinco usinas. Em 2007, a francesa Dreyfus ampliou suas operações adquirindo usinas do grupo Tavares de Melo em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

Os crescentes incentivos do governo à produção de agroenergia atraíram outras empresas estrangeiras, que pretendem lucrar com a expansão do setor. Estas empresas compram terras e usinas para a produção de etanol, causando a desnacionalização da indústria e do território brasileiro.

## Aumenta a desnacionalização no setor do etanol

Dados do Sindicato da Indústria de Fabricação do Álcool e Açúcar de Minas indicam que a participação de empresas estrangeiras na indústria da cana no Brasil cresceu de 1% em 2000 para 12% na safra 2007/2008. Outro levantamento da PricewaterhouseCoopers revela que existem cerca de 450 usinas no Brasil, controladas por 160 empresas nacionais e estrangeiras, e que o controle estrangeiro chegaria a 15%, incluindo participação acionária em grupos nacionais. De acordo com estudo do grupo KPMG Corporate Finance, de 2000 a setembro de 2009, ocorreram 99 fusões e aquisições de usinas no Brasil. Entre estas, 45 negociações aconteceram no período de 2007 a 2009, sendo que em 22 casos ocorreu a compra de uma usina nacional por um grupo estrangeiro.<sup>9</sup>

Em outubro de 2009, a empresa francesa Louis Dreyfus Commodities anunciou a compra de cinco usinas da Santelisa Vale, de Ribeirão Preto (SP), para aumentar sua produção de cana no Brasil. A fusão criou o grupo LDC-SEV Bioenergia, tornando-se o segundo maior produtor mundial de açúcar e etanol. O grupo pretende produzir 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano e tem participação acionária das famílias Biaggi e Junqueira, do BNDES e do banco Goldman Sachs.<sup>10</sup>

Esta fusão aumenta para 20% a participação de empresas estrangeiras no setor. Segundo Bruno Melcher, presidente do grupo “a indústria do etanol é global e não regional. Ela atende mercados com players espalhados por todo o mundo”. Essa tendência é verificada na avaliação

<sup>9</sup>Jornal Valor Econômico, *Capital estrangeiro avança sobre a cana*, 09/11/2009.

<sup>10</sup>Jornal O Globo, *Nova gigante global de açúcar e álcool*, 28/10/2009.

de consultores como Correa Carvalho, da Canaplan, que explica, “O preço da energia no mundo está alta e há uma expansão na escala e queda nos custos de produção, que favorece a rentabilidade da operação. Os grandes conglomerados internacionais precisam aproveitar esse novo momento e estão atrás de ativos baratos”.<sup>11</sup>

Uma nova característica da indústria do etanol, se comparada ao Pró-Alcool da década de 1970, é a aliança entre setores do agronegócio com empresas petroleiras, automotivas, de biotecnologia, mineração, infra-estrutura e fundos de investimento. Neste cenário, não existe nenhuma contradição destes setores com a oligarquia latifundista, que se beneficia da expansão do capital no campo e do abandono de um projeto de reforma agrária.

Alguns dos grupos estrangeiros que se instalaram no Brasil recentemente para produzir etanol são:<sup>12</sup>

- BRESCO: Fundo formado por diversas empresas e coordenado pelo indiano Vinod Khosla, um dos donos da Sun Microsystems. Tem projetos para construir dez usinas no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

- ADECO: Fundo formado por várias empresas e coordenado por George Soros. Comprou a usina Monte Alegre, em Minas Gerais, e possui três projetos de novas usinas no Mato Grosso do Sul.

- Comanche Clean Energy: Grupo formado por diversas empresas inglesas e estadunidenses, que não se identificam. Possui três usinas e duas destilarias de etanol em São Paulo e pretende construir uma usina no Maranhão.

- Infinity Bio-energy: Grupo de 50 empresas, que inclui Merrill Lynch, Wellington Management, Stark Investments, Kidd & Company e Ranch Capital Investment. Possui quatro usinas e está

construindo outras três, além de negociar a compra de cinco usinas em funcionamento.

- CLEAN ENERGY: Fundo de investimentos inglês, com dezenas de empresas. Comprou usinas em funcionamento, possui 33% das ações da Usina Unalco, no Mato Grosso do Sul e tem projetos no Paraná e em São Paulo.

Em 2009, a empresa petroleira britânica British Petroleum (BP) anunciou que irá produzir etanol no Brasil, com um investimento de US\$ 6 bilhões de dólares nos próximos 10 anos. A BP irá atuar através da Tropical Bioenergia, em associação com o Grupo Maeda e a Santelisa Vale, em Goiás, que contam com uma área de 60 mil hectares para a produção de cana no estado.<sup>13</sup>

Em julho de 2009, a Syngenta divulgou a aquisição de terras para produzir mudas de cana-de-açúcar na região de Itápolis (SP). O projeto inclui a produção de mudas transgênicas e pretende se expandir para outros estados, como Goiás, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul.<sup>14</sup>

Em janeiro de 2010, a multinacional agrícola Bunge anunciou que estaria negociando a compra de quatro usinas do Grupo Moema, incluindo a usina Itapagipe que tinha participação acionária de 43,75% da empresa norte-americana Cargill. Com a negociação, a Bunge passará a controlar 89% da produção de cana do Grupo Moema, estimada em 15,4 milhões de toneladas por ano.<sup>15</sup>

Em fevereiro de 2010 foi anunciada a fusão da ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht, com a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco), que pretende se tornar a maior empresa de etanol no Brasil, com capacidade para produzir três bilhões de litros por ano. Alguns dos acionistas da Brenco são Vinod Khosla (fundador da Sun Microsystems), James Wolfensohn (ex-presidente do Banco Mundial), Henri Philippe Reichstul

<sup>11</sup> Jornal Valor Econômico, *Capital estrangeiro avança sobre a cana*, 09/11/2009.

<sup>12</sup> Jornal O Estado de São Paulo, 23 de dezembro de 2007.

<sup>13</sup> Jornal O Estado de São Paulo, *BP investirá US\$ 6 bi em etanol de cana no Brasil*, 05/03/09.

<sup>14</sup> Jornal Valor Econômico, *Syngenta define primeira unidade para a produção de mudas de cana*, 28/07/2009.

<sup>15</sup> Jornal Valor Econômico, *Usina Vertente ainda resiste à oferta da Bunge*, 14/01/2010.



(ex-presidente da Petrobrás), além da participação do BNDES. Já a Odebrecht tem sociedade com a empresa japonesa Sojitz. O novo grupo irá controlar cinco usinas: Alcídia (SP), Conquista do Pontal (SP), Rio Claro (GO), Eldorado (MS) e Santa Luzia (MS).<sup>16</sup>

O conglomerado ainda participa da construção de um alcoolduto entre o Alto Taquari e o porto de Santos, e pretende instalar usinas na África. A empresa pretende captar R\$ 3,5 bilhões até 2012, dos quais pelo menos 20% virão do BNDES, além de outros R\$ 2 bilhões que o banco já investiu anteriormente na Brenco. De acordo com Luciano Coutinho, presidente do BNDES, “O importante é viabilizar uma nova empresa de escala grande no setor, num padrão elevado de sinergia e de eficiência na produção de etanol”.<sup>17</sup>

Nesta mesma linha, em fevereiro de 2010, a gigante petroleira holandesa Shell anunciou uma associação com a Cosan para a produção e distribuição de etanol, com o objetivo de produzir 4 bilhões de litros até 2014. Ao divulgar a operação, a Shell disse que pretende criar “um rio de etanol, correndo desde as plantações no Brasil até a América do Norte e a Europa”. Apesar da repercussão internacional da prática de trabalho escravo na Cosan, a empresa segue como líder no setor.<sup>18</sup>

Seguindo esta tendência, a Vale anunciou que pretende produzir diesel a partir do óleo de palma na região amazônica a partir de 2014, através de uma parceria com a empresa Biopalma da Amazônia S.A. A intenção é produzir 500 mil toneladas de óleo de palma por ano. Parte do combustível será utilizada nas locomotivas da estrada de ferro e nas minas de Carajás, no Pará.<sup>19</sup>



FOTO: CARMELO FIORASO

Cresce participação de empresas estrangeiras na indústria da cana no Brasil

<sup>16</sup> Jornal O Globo, *Odebrecht compra usina e cria gigante do etanol*, 18/02/2010.

<sup>17</sup> Jornal Valor Econômico - *ETH Bioenergia prevê expansão acelerada e abertura de capital*, 19/02/2010.

<sup>18</sup> The Times, *Shell deal promises river of green fuel in Brazil*, 02/02/2010. [http://business.timesonline.co.uk/tol/business/industry\\_sectors/natural\\_resources/article7011649.ece](http://business.timesonline.co.uk/tol/business/industry_sectors/natural_resources/article7011649.ece)

<sup>19</sup> Jornal O Imparcial, *Vale investe em biodiesel na região Norte*, June 24, 2009.

Em 2009, o governo incluiu grandes usinas na chamada “lista suja” do trabalho escravo.



# Expansão dos monocultivos e exploração do trabalho

“Usinas de cana são campeãs na prática do trabalho escravo”.

## Trabalho Escravo

**A**s usinas de cana se tornaram campeãs em trabalho escravo nos últimos anos. De acordo com dados da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2007, dos 5.974 trabalhadores resgatados da escravidão no campo brasileiro, 3.060, ou 51%, foram encontrados no monocultivo da cana de açúcar. Em 2008, dos 5.266 resgatados, 2.553, ou 48% dos trabalhadores mantidos escravos no país estavam em plantações de cana. De janeiro a junho de 2009, este número era de 951 trabalhadores, que representavam 52% do total.<sup>20</sup> Ao final de 2009, o Ministério do Trabalho registrou a libertação de 1.911 trabalhadores nas usinas de cana nos estados de Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

## Grandes empresas na “lista suja”

Em 2009, o governo incluiu grandes usinas na chamada “lista suja” do trabalho escravo. Uma delas foi a Brenco, que tem participação acionária de 20% do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Entre 2008 e 2009, o BNDES liberou R\$ 1 bilhão para usinas da Brenco em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Ao mesmo tempo, o Grupo Móvel expediu 107 autos de infração contra a empresa, que é presidida pelo ex-presidente da Petrobras Henri Philippe Reichstul.<sup>21</sup> Apesar da prática de trabalho escravo, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, anunciou a continuidade do financiamento para a Brenco.<sup>22</sup>

Em 31 de dezembro de 2009, o Ministério do Trabalho incluiu na “lista suja” o grupo Cosan, que é a maior empresa do setor sucroalcooleiro do país, com produção anual de 60 milhões de toneladas de cana. Em junho de 2007, uma fiscalização do Ministério do Trabalho libertou 42 trabalhado-

<sup>20</sup> Comissão Pastoral da Terra, *CPT denuncia tentativa de certificação do etanol*, 25/06/2009. <http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=2205>

<sup>21</sup> Folha de S. Paulo, *BNDES é sócio de usina acusada de usar trabalho “escravo”*, 30/06/2009.

<sup>22</sup> Valor Econômico, *Coutinho garante participação do BNDES na ETH*, 18/02/2010 18:04.

res na unidade da Cosan chamada Usina Junqueira, em Igarapava (SP). Apesar da prática de trabalho escravo, a Cosan recebeu R\$ 635,7 milhões do BNDES em junho de 2009, para a construção de uma usina de etanol em Goiás. O BNDES manteve o financiamento para a Cosan, mesmo após a evidência de trabalho escravo.<sup>23</sup> A Cosan possui 23 usinas, controla os postos da Exxon (Esso do Brasil) e teve um faturamento de R\$ 14 bilhões de reais em 2008.<sup>24</sup>

Em outubro de 2009, o Grupo Móvel libertou 55 trabalhadores escravizados na Destilaria Araguaia (chamada anteriormente de Gameleira), no Mato Grosso. Segundo o auditor fiscal Leandro de Andrade Carvalho, que coordenou a operação, os trabalhadores estavam sem receber salário há três meses. Esta foi a terceira libertação realizada em oito anos na mesma usina, que já foi incluída na “Lista Suja” por prática de trabalho escravo. A Destilaria Araguaia pertence ao Grupo Eduardo Queiroz Monteiro (EQM) – um grande conglomerado econômico com sede em Pernambuco. O grupo controla outras usinas em Pernambuco, Tocantins e Maranhão, além de participar como acionista de veículos de comunicação como o jornal Folha de Pernambuco, a Rádio Folha de Pernambuco, Folha Digital de Pernambuco e Agência Nordeste.

O informe da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o caso afirma:

“A inexistência de salários fazia com que os migrantes (vindos de lugares distantes do Mato Grosso e de outros Estados como Tocantins, Goiás, Pernambuco, Maranhão e Alagoas) tivessem o direito de ir e vir cerceado. Sequer dinheiro para voltar eles possuíam. Também eram pressionados pela escassez e se enredavam no sistema de servidão por dívida por meio de empréstimos para o aluguel e compra de alimentos. Sem recursos, muitos deles

foram despejados. Impedidos de continuar nos alojamentos da empresa, parte dos empregados acabou se juntando em moradias precárias (em termos de conservação e higiene). Os trabalhadores também eram submetidos a jornadas exaustivas - sem descanso semanal garantido por lei e sob risco de acidentes. Havia larvas no recipiente que conservava a água para beber. Para completar, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não vinha sendo devidamente recolhido e agrotóxicos eram armazenados sem nenhum tipo de cuidado extra.”<sup>25</sup>

O Ministério Público do Trabalho tem registrado, frequentemente, uma série de violações de direitos trabalhistas e problemas de saúde causados pelo trabalho no corte da cana, como:

- Não cumprimento da legislação trabalhista.
- Intoxicações dos trabalhadores por produtos químicos.
- Morte dos trabalhadores por inalação de gás cancerígeno.
- Incidência de problemas respiratórios, pois a queima libera gás carbônico, ozônio, gases de nitrogênio e de enxofre.
- Fuligem da palha queimada (que contém substâncias cancerígenas).<sup>26</sup>

Em junho de 2009, fiscais do Ministério do Trabalho e do Ministério Público detectaram irregularidades em usinas fiscalizadas na região de Ribeirão Preto, em São Paulo, entre elas a Bazan, Andrade, Central Energética Moreno Açúcar e Álcool, e Nardini Agroindustrial. As usinas não forneciam equipamento adequado (como luvas, sapatos e caneleiras) e foram constatadas irregularidades no pagamento da jornada de trabalho. Os trabalhadores das usinas inspecionadas declararam que cortam cerca de 20 toneladas de cana por dia.<sup>27</sup> Os fiscais também

<sup>23</sup> Reuters/Brasil Online, *BNDES retomará operações de empréstimos com Cosan*, 11/01/2010 às 21h43m.

<sup>24</sup> Repórter Brasil, *Cosan e mais 11 empregadores entram para a “lista suja”*, 31/12/2009.

<sup>25</sup> Projeto de Combate ao Trabalho Escravo, Escritório da OIT no Brasil, *Destilaria Araguaia explora trabalho escravo pela 4ª vez em 8 anos*, 05/11/2009.

<sup>26</sup> (MPT, Parecer Técnico REF.: OF/PRT24<sup>a</sup>/GAB-HISN/Nº 134/2008).

<sup>27</sup> Jornal A Cidade, *Blitz paralisa corte de cana em Pontal*, 18/06/2009.



Trabalhadores nas usinas cortam cerca de **20 toneladas** de cana por dia

registraram condições precárias de moradia, como superlotação, locais com risco de incêndio e falta de condições de higiene.<sup>28</sup>

Ainda em 2009, o Ministério Público do Trabalho (MPT) conseguiu uma liminar que obriga a usina São Martinho, em Limeira (SP), a corrigir irregularidades trabalhistas. Durante fiscalizações nas safras de 2007 e 2008, o MPT constatou a falta de equipamentos de proteção, de segurança no trabalho, de cuidados médicos, de condições de higiene e de alimentação adequadas. A ação judicial inclui ainda a condenação da empresa ao pagamento de R\$2 milhões aos trabalhadores por dano moral.<sup>29</sup>

Em 18 de setembro de 2009, um acampamento indígena Guarani-Kaiowá, próximo à usina São Fernando em Dourados (MS), foi atacado por um grupo de jagunços, causando a morte do índio Eugênio

Gonçalves, de 62 anos. A usina São Fernando pertence ao grupo Bertin, um dos maiores frigoríficos da América Latina, que está em processo de fusão com o JBS Friboi, a maior empresa mundial do setor. O BNDES tem controle de 27,5% das ações da JBS Friboi, com aportes recentes de R\$ 338 milhões.

Segundo relatório do Ministério Público Federal (MPF), “A movimentação do grupo [de indígenas no dia 17] deve ter atraído a atenção do proprietário da fazenda [Serrana] ou de quem a arrenda para fins de plantio de cana. Os índios narram que já era madrugada, cerca de uma hora da manhã, quando começaram os tiros. Mães agarravam seus filhos pequenos e tentavam fugir. Duas pessoas saíram feridas (...). O barraco construído por eles foi completamente queimado e as paliçadas erguidas para a construção de mais habitações arrancadas e/ou queimadas”.<sup>30</sup>

<sup>28</sup> Gazeta de Ribeirão, *Problemas na lavoura*, 18/06/2009.

<sup>29</sup> Agência Estado, *Justiça obriga usina a melhorar condições para cortador*, 22/06/2009.

<sup>30</sup> Repórter Brasil, MPF quer co-responsabilizar usina do Grupo Bertin em denúncia de genocídio, 29/09/2009. <http://www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/exibe.php?id=106>.

## Desemprego e trabalho degradante

**A** expansão de monocultivos para a produção de agroenergia gera desemprego, pois causa a expulsão de camponeses de suas terras, impede que outros setores econômicos se desenvolvam e gera dependência dos trabalhadores a empregos precários e temporários.

José Alves é cortador de cana no interior de São Paulo e explica, “Esse serviço é muito ruim, a gente só vem porque precisa mesmo. Eu vim de Minas e lá não tem outro serviço. Mas a gente nunca sabe quanto vai receber, porque tem muito desconto do salário. Eu recebo uma média de \$700 por mês, mas tudo é caro — aluguel, alimentação, e não sobra nada. A gente sabe que a usina rouba no pagamento, mas temos que ficar calados.

A expansão e a crescente mecanização do setor canavieiro têm gerado maior exploração da força de trabalho, através de formas precárias de arregimentação, contratação, moradia e alimentação. O corte mecanizado se tornou referência para a quantidade cortada pelos trabalhadores, que subiu de 5 a 6 toneladas por dia para cada trabalhador na década de 80, para 9 a 10 toneladas por dia na década de 90.

Hoje já se registra uma exigência das usinas de 12 a 15 toneladas por dia, principalmente em regiões onde o ritmo das máquinas se tornou referência de produtividade. O não cumprimento da meta frequentemente significa que o trabalhador será dispensado e colocado em uma lista que circulará por diversas usinas, o que o impede de voltar a trabalhar na safra seguinte.



FOTO: CARMELO FIORASO

## Roubo na pesagem da cana

A maioria dos trabalhadores não tem controle da pesagem de sua produção diária. Muitas denúncias apontam para a manipulação e fraude desses dados pelas usinas, que pagam menos do que os trabalhadores teriam direito. “A gente nunca sabe quanto vai ganhar e o pagamento vem com muitos descontos. A usina rouba no peso ou na qualidade da cana cortada. Por exemplo, uma cana que vale \$5 reais a tonelada, eles pagam só \$3 reais. É assim que a usina engana os trabalhadores”, denuncia D.S., cortador de cana em Engenheiro Coelho, SP.<sup>31</sup>

Outro trabalhador da região, Jacir Pereira, confirma a denúncia: “A gente ganha pouco e o salário não confere com o que a gente corta, nem com o acordo coletivo. O acordo diz que o preço da tonelada é \$5,85, mas a usina paga só \$3,87. O roubo é na qualidade da cana. A usina engana todo mundo. Eu tenho que cortar 18 toneladas por dia,

trabalhando de segunda a sábado. Só de aluguel eu pago \$700,00 e não sobra quase nada. A gente sente câimbra nos braços, nas pernas, sente taquicardia. Temos que sair de casa às 5 h da manhã e levar a própria comida, porque a usina não concorda em fornecer alimentação. O dia de trabalho só termina às 5h. da tarde e não recebemos pagamento pelo tempo de transporte”.

As mulheres, apesar de discriminadas pelas usinas, também se arriscam no trabalho pesado, como conta a trabalhadora Odete Mendes, “Eu corto dez toneladas de cana por dia e ganho \$190 reais por semana. Só de aluguel, eu gasto \$270 por mês. Eu vim do Paraná, mas não quero ficar mais aqui, vou embora. A gente vive num quarto muito pequeno, tem que dormir no chão. É horrível. Eu já quebrei o braço e nem agüento mais pegar no facão. Sinto falta de ar, às vezes parece que vou morrer”.

## Doenças, mutilações e morte de trabalhadores

Os movimentos repetitivos no corte da cana causam tendinites e problemas de coluna, descolamento de articulações e câimbras, provocadas por perda excessiva de potássio. Carlita da Costa, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cosmópolis, conta que “Quando começa a safra, você vai na roça e vê o pessoal todo com o pulso enfaixado, porque abre o pulso e eles não conseguem movimentar a mão, não agüentam a dor. O pessoal tem muita tosse, muita dor de cabeça, muita câimbra”.

Os ferimentos e mutilações causados por cortes de facão são freqüentes. Porém, raramente as empresas reconhecem estes casos como acidentes de trabalho. Muitos trabalhadores doentes ou mutilados, apesar de impedidos de trabalhar, não conseguem aposentadoria por invalidez. “Já quebrei o braço duas vezes. Quando alguém passa mal durante o trabalho, não recebe atendimento. Outro dia um companheiro feriu o olho e a enfermeira da usina não quis atender. Querem o nosso serviço, mas não temos assistência

<sup>31</sup> Estas entrevistas foram realizadas em setembro de 2009. Alguns nomes de trabalhadores foram substituídos por suas iniciais, para evitar retaliação por parte das usinas. A autora agradece o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cosmópolis, ao Movimento Sem Terra e a Comissão Pastoral da Terra pelo apoio a pesquisa.



médica quando alguém se machuca”, diz J.S., trabalhador da usina Ester em São Paulo.

Também ocorrem frequentemente câimbras seguidas de tontura, dor de cabeça e vômito. Como forma de evitar que os trabalhadores morram de exaustão, as usinas passaram a distribuir estimulantes com sais minerais, após a divulgação de dezenas de casos de morte nos canaviais.

“Um dos trabalhadores que cortava mais cana na usina Ester era o Luquinha, conhecido como “podão de ouro”. Em pouco tempo, ele ficou doente, sentia

dores em todo o corpo, não conseguia comer nem andar. Morreu aos 34 anos. O sistema do pagamento por produção é que causa a morte dos trabalhadores”, explica Carlita da Costa, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cosmópolis, SP. “É comum ouvir tosse e gritos nos canaviais. Temos que inalar os agrotóxicos e a cinza da cana queimada o dia todo. Uma vez eu caí no monte de cana e senti um gosto de sangue na boca. Percebi que o corte da cana estava me matando”, completa Carlita.



Vai continuar **morrendo gente**, o roubo vai continuar até o dia que acabar o trabalho por produção.



## Migração

Em São Paulo (maior produtor do País), a maioria dos trabalhadores no corte da cana é formada por migrantes. O desemprego causado pelo modelo agrícola baseado no monocultivo e no latifúndio aumenta o contingente de trabalhadores que se submetem a trabalhar em lugares distantes de sua origem, em condições degradantes. Estes trabalhadores são aliciados por “gatos” ou “turmeiros”, que realizam o transporte e fazem a intermediação das contratações com as usinas.

A história do trabalhador E. S. ilustra a situação dos migrantes, “Eu tenho 27 anos e vim da Paraíba, porque lá não tem trabalho. Tem muito nordestino aqui. A gente ganha uns \$20 reais por dia, mas o custo de vida é muito alto. O que sobra é mixaria. A usina baixa o preço da cana e não temos controle”.

Ana Célia tem uma história parecida, “Tenho 24 anos e vim de Pernambuco. A usina rouba no peso da cana. A gente corta 60 quilos e recebemos somente por 50 quilos. Tenho problema na coluna, sinto dor no corpo todo. Já emagreci nove quilos nessa safra. Meu marido cortava cana, mas foi afastado porque ficou doente. Quero ir embora”.

Na região dos canaviais aumentam as chamadas “cidades dormitórios”, onde os trabalhadores migrantes vivem em cortiços ou barracos superlotados, sem ventilação ou condições dig-

nas de higiene. “Aqui vivemos amontoados, temos que dormir no chão. O custo do aluguel e da luz é muito alto e não sobra quase nada do salário”, diz O. M., trabalhadora da Usina Ester, em Engenheiro Coelho (SP).

A trabalhadora Edite Rodrigues resume a situação no corte da cana. “Tenho 31 anos e vim de Minas Gerais. Tenho três filhos e preciso trabalhar, mas a gente não vê a hora de ir embora. Quando termina o dia, o corpo está todo quebrado, sinto câimbra e ânsia de vômito. Mas no outro dia, começa tudo de novo. A cinza da cana ataca o pulmão e não sara nunca. A terra fica seca com o sol quente e vem aquele pó. Eu ganho \$120 por semana, mas depende, não é certo, não tem salário fixo. Às vezes só ganho \$50 por semana porque a usina engana a gente. Os homens pegam a melhor cana e o resto fica pras mulheres cortarem, a pior cana. Temos que cortar a cana na palha, tem cobra, carrapato, dá medo. Tenho que pagar \$200 por mês de aluguel, mais a conta de luz e água. A gente precisa de cesta básica, senão passa fome. É a mesma merda todo o ano. Perdi seis quilos só nessa safra.”

Carlita da Costa conclui que, “Vai continuar morrendo gente, o roubo vai continuar até o dia que acabar o trabalho por produção. Esse método de pagamento mata os trabalhadores”.



FOTO: MARIA LUIJA MENDONÇA



FOTO: CARMELO FIORASO

# Mulheres Canavieiras<sup>32</sup>

“O trabalho dessas mulheres não termina quando saem do canavial...”

” **A**cordo às 2h da madrugada, pegamos o ônibus às 4h e largamos lá pelas 15h, 16h, dependendo da cana. Quando eu chego em casa é muita luta... é varrer casa, lavar prato...”, comenta Ivanusa Ribeiro, de 46 anos, cortadora de cana e moradora do município de Água Preta, Zona da Mata pernambucana. Maria José, que trabalha no corte da cana junto com Ivanusa, também relata que todos os dias acorda às 2h. da manhã para preparar a marmitta. Não só a dela, mas também a do filho e a do marido.

O trabalho dessas mulheres não termina quando saem do canavial. Ainda recai sobre elas, além da exploração nas usinas, a tarefa de organizar o espaço doméstico, prover os alimentos que serão consumidos pela família, cuidar das crianças e dos idosos.

Histórias como estas mostram o lado ainda mais perverso do modelo de produção dos monocultivos. São casos de exploração que se repetem com milhares de mulheres em todo o Brasil e alertam sobre os impactos diferenciados que recaem sobre as mulheres camponesas. Aliada à exploração do trabalho feminino no campo, há a opressão vivida cotidianamente, dentro dos canaviais e fora deles.

## Gerações escravizadas pelo monocultivo da cana

Maria José começou a trabalhar nos canaviais aos 11 anos de idade. “Eu ia trabalhar no lugar da minha mãe, quando ela ficava de resguardo”, justifica. “Meu irmão mais velho começou com oito anos na cana. Minha mãe trabalhou na cana até 48 anos, aí ela teve um derrame, ficou parálitica e na cadeira de rodas. Com 59 anos ela morreu. E eu, com 42, vou no mesmo caminho”. A realidade vivida pela família de Maria José é semelhante à de milhares de famílias que vivem no campo, prisioneiras dos canaviais.

No município de Cosmópolis, em São Paulo, Lusiane dos Santos fala sobre sua rotina de trabalho: “Tenho 38 anos e desde os 20 anos corto cana. Minha mãe me tirou da escola para trabalhar, meu pai foi embora e o jeito era cortar cana. Não

<sup>32</sup> Texto de Marluce Melo e Renata Albuquerque, da Comissão Pastoral da Terra – CPT-PE.

tem outro trabalho e preciso me sustentar”. O monocultivo da cana cria dependência econômica nas regiões onde se instala e reduz o espaço para a agricultura camponesa. A população rural fica submetida ao trabalho forçado e desumano no corte da cana, já que não encontra outra oportunidade de trabalho. Terras que antes eram utilizadas na agricultura camponesa estão sendo apropriadas para a expansão de monocultivos, com incentivos governamentais.

## A lógica brutal do modelo de produção para as mulheres

A introdução de novas técnicas produtivas diminui o número de trabalhadores assalariados e aumenta a concorrência entre eles. A maioria das usinas contrata os trabalhadores sob o modelo de pagamento por produção, o que faz com que muitos ultrapassem os limites de seu corpo, da sua saúde, para conseguir melhores salários e pagar as despesas, até mesmo àquelas que deveriam ser garantidas pelas usinas, como alojamento e alimentação. Para aumentar a produção, as empresas estimulam a competitividade entre os trabalhadores, através da premiação por melhor desempenho, com lanches, homenagens, entre outros “prêmios”.

O pagamento por produção condiciona a sobrevivência das mulheres àquilo que conseguem produzir. Ivanusa Ribeiro explica que, “Temos que cortar três toneladas pra receber 14 reais. Nós, mulheres, levamos quase o dia todo pra cortar isso. Os homens são mais rápidos.” A presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cosmópolis (SP), Carlita da Costa, retrata o cotidiano das mulheres canavieiras em relação ao pagamento por produção: “Essa semana tenho

que pagar luz, comprar gás e pagar a farmácia, então preciso cortar mais cana. Se tem conta pra pagar, o trabalho é mais pesado, a gente não pára nem pra comer”.

Carlita relata os dias em que trabalhava nos canaviais. “Quando eu cortava cana, tinha necessidade desse trabalho para manter minha casa. Cheguei a pesar 49 quilos. Conforme eu pegava a braçada de cana, sentia um gosto de sangue na boca. Um dia me deu uma tontura e caí, com sangue saindo da minha boca. O médico disse que eu estava com doença de chagas, queria fazer uma cirurgia e colocar uma válvula, e eu não poderia mais cortar cana. Era doença de chagas ou conseqüência do corte da cana? Isso foi em 1984, e eu parei de cortar cana. Não precisei fazer cirurgia nenhuma. Era o corte da cana que estava me matando”.

## Migração e conseqüências para as mulheres

A exploração segue, de geração em geração, e o que sobra nas regiões cercadas pelos canaviais é o trabalho sazonal. No período da safra, os trabalhadores locais são insuficientes para atender a demanda e as usinas absolvem mão de obra de outros municípios e estados. Em grande maioria, homens que migram em período de safra e deixam mulheres e filhos em sua cidade de origem, sendo que muitos não voltam para suas famílias. Permanecem nas periferias das cidades, constituem novas famílias, trabalham no período do corte da cana e vivem de pequenos bicos durante o resto do ano.<sup>33</sup>

As famílias que permanecem nos locais de origem têm sido obrigadas a conviver com as

<sup>33</sup> Safioti, Heleieth, *Gênero, patriarcado e violência*, p. 16.



O pagamento é condicionado à produção. Mulheres cortam 3 toneladas de cana por dia para receber 14 reais.

conseqüências do esvaziamento de suas comunidades e com a desestruturação familiar. Segundo Denis Venceslau, agente da Comissão Pastoral da Terra do Pajeú, sertão de Pernambuco, “ao visitar os municípios do sertão, percebemos que o fluxo de trabalhadores que se deslocam para várias regiões do país, enquanto assalariados sazonais, é muito grande. Esses trabalhadores deixam suas famílias para tentar ganhar a vida no corte da cana”.

Esse fenômeno demográfico modifica o cotidiano das famílias, das comunidades rurais e dos municípios. É o caso de Solidão, município com cerca de 5.400 habitantes localizado no sertão de Pernambuco. “Na época de safra na região sudeste, as residências

dessas cidades ficam habitadas apenas por crianças, mulheres e idosos” comenta Denis.

A trabalhadora rural Nelma dos Santos explica que, “a região não tem investimento para o pequeno agricultor plantar. Muitos dormem nas ruas ou migram para o corte da cana.” A concentração de terras, a inserção de novos maquinários no campo e a falta de uma política agrícola para as famílias camponesas do sertão contribuem para que a maioria dos homens saia com a esperança de emprego no corte da cana, enquanto as mulheres ficam cuidando da casa e dos filhos e, muitas vezes, se direcionam para as periferias das grandes cidades, onde estão sujeitas à violência e ao subemprego.

## Desafios na conquista de direitos trabalhistas para as mulheres

A inserção das mulheres no processo produtivo dos agrocombustíveis, principalmente no corte da cana, tem diminuído sistematicamente nos últimos anos. Em Pernambuco, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais estimam que a participação feminina nas usinas chega a, no máximo, 20% em alguns municípios da Zona da Mata Sul. Ainda assim, esses dados não traduzem a realidade. Os sindicatos reconhecem que é praticamente impossível ter dados mais concretos sobre a participação das mulheres no corte de cana.

Segundo Lúcia Maria, assessora de políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais da FETAPE (Federação dos Trabalhadores da Agricultura de PE), não há controle sobre esses números porque muitas mulheres trabalham de forma clandestina nas usinas. E, na medida em que aumenta a situação de clandestinidade, diminui o número de contratação formal da força de trabalho feminina. Lúcia Maria aponta que os direitos trabalhistas conquistados historicamente pelas mulheres, como os pagamento de benefícios e a licença maternidade, são elementos que têm contribuído para a diminuição na contratação de mulheres. “Na hora da demissão, as primeiras são as mulheres, mas na hora da contratação, a prioridade é para os homens”, comenta Lúcia. As usinas buscam constante alta na produtividade, com o menor custo possível, e sem garantir direitos trabalhistas.

Dessa forma, as conquistas trabalhistas das mulheres assalariadas no setor sucroalcooleiro não são colocadas em prática. Entre as reivindicações históricas das trabalhadoras rurais estão a igualdade salarial entre homens e mulheres e o fim do pagamento por produção. As exigências relacionadas à saúde da mulher também são discutidas

anualmente em convenções coletivas de trabalho em todo o país, mas não são cumpridas pelas empresas. Algumas das principais reivindicações são creches no local de trabalho, salário maternidade, repouso em caso aborto, estabilidade da mulher gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, entre outras.

As mulheres lutam para combater o desrespeito à força de trabalho feminina. “Direito nenhum é pago aqui. Outro dia a gente parou de trabalhar porque não recebemos pagamento. Não pagam Fundo de Garantia. Eu trabalhei nove meses na usina e não recebi nada. Dizem que vão depositar, mas até hoje nada. Vão completar quatro anos”, afirma Maria José.



FOTO: MARIA LUISA MENDONÇA



# A expansão dos monocultivos e a contra-reforma agrária

“A usina recruta os jovens e combate a reforma agrária porque precisa de mão-de-obra barata.”

**N**a região entre o Pontal do Paranapanema e Andradina ainda resiste grande parte da agricultura camponesa no estado de São Paulo, além de algumas áreas de preservação de Cerrado. Mas os canaviais se expandem rapidamente, principalmente sobre terras griladas, causando devastação do meio ambiente e da produção de alimentos.

Em Teodoro Sampaio, Cledson Mendes, membro da Direção Estadual do MST, explica:

“O incentivo para o plantio de cana no Pontal teve duas fases. Antes o objetivo era a matéria prima, mas depois da chegada da usina da Odebretch, o objetivo principal é pegar o financiamento em nome dos assentados. A usina usa dinheiro público, do Banco do Brasil, que deveria ser para a reforma agrária, para plantar cana. Cada financiamento é de 18 mil reais e a usina usa pra nivelar o solo com as máquinas e para colocar o veneno, que mata toda a biodiversidade. Depois, os assentados ficam com a dívida e sua terra fica arenosa, pois a cana destrói o solo. Os assentados são iludidos, fazem essa escolha de forma indivi-

dual e depois se frustram. A usina controla a produção e o preço da cana e nunca paga o que deveria.

A Odebretch recebe ainda financiamento do governo federal e avança sobre as terras devolutas, que o MST reivindica. É a forma que encontraram para “legalizar” a grilagem e inviabilizar a reforma agrária. Existem atualmente seis usinas na região. Uma delas se chama “Conquista do Pontal”, o que é simbólico, pois a cana se expande sobre as principais áreas que deveriam ser desapropriadas. Essa expansão se acelerou há três anos atrás e, desde então, a cana já ocupa cerca de 130 mil hectares, de seis usinas. Em comparação, o MST levou 20 anos de luta para conquistar 120.000 hectares no Pontal, onde vivem 18 mil famílias assentadas. Até o parque estadual Morro do Diabo, que é uma reserva ecológica, está ameaçado pela cana. A cana só serve para destruir a natureza e matar o povo”.

Miriam Farias é assentada na região do Pontal do Paranapanema e membro do Setor de Gênero do MST. Ela denuncia os impactos da expansão dos canaviais:



“Os assentamentos ficam cercados de cana. Vem aquela fuligem da queima e polui tudo. Temos muitos problemas de saúde. Os assentados são iludidos, porque a cana não dá renda. A usina recruta os jovens e combate a reforma agrária porque precisa de mão-de-obra barata. Os trabalhadores tem que tomar energéticos para agüentar, muita gente fica doente, a usina usa muito veneno e derruba toda a vegetação. As árvores somem e não há fiscalização. Não tem proteção para os rios e ficam cheios de veneno, que é jogado de avião. Isso afeta os peixes, os alimentos, e causa câncer de pele”.

Para combater as denúncias, as usinas fazem um forte trabalho ideológico, no sentido de ganhar a aceitação da sociedade, como explica Regiane Meneses, membro do Setor de Gênero do MST:

“As usinas chegam com o discurso do ‘progresso’ para enganar a população. Não há fiscalização por parte do governo e muitas pesquisas nas universidades favorecem os usineiros. Querem passar a imagem da reforma agrária como algo ‘atrasado’. Também é uma forma de legalizar a grilagem, pois o Estado favorece o setor canavieiro. O governo não faz os assentamentos e muitos jovens têm que migrar para o corte da cana. O MST procura buscar alternativas para diversificar a produção, como nos sistemas agro-florestais, onde plantamos verduras, feijão, ervas medicinais, combinado com piscicultura e criação de animais. Isso ajuda a aumentar a renda nos lotes e evitar a migração. É preciso combater a propaganda das usinas e mostrar alternativas, como a agroecologia”.

Muitos assentados que foram enganados pela propaganda das usinas, já concluíram que não vale a pena plantar cana, como no caso de Geraldo Cardoso. Ele conta que:

“O ITESP (Instituto de Terras de SP) incentiva os sem-terra a plantar cana. Mas a gente tem que ter de tudo para sobreviver: mandioca, milho, feijão. Não é bom plantar uma coisa só, porque além

de ter comida, a gente evita as pragas quando o plantio é diversificado. Eu não tinha experiência com a cana, mas plantei 2 hectares e a usina foi avalista do empréstimo. Toda a mão-de-obra foi minha, mas se fizer as contas, recebi só uns \$300 reais por mês. E ainda tive uma despesa de uns \$1.000 reais por ano pra manter a cana. Não compensa e não dá pra pagar o financiamento. Além disso, a cana traz pragas e estraga outras lavouras”.

Outro assentado, J. R. (que não quis se identificar por medo de repressão por parte da usina), explica:

“O assentamento Santa Terezinha tem 10 anos. Em 2004, resolvi plantar cana, mas não foi bom. Não deu nada e eu ainda fiquei devendo. Quem trouxe o projeto foi a usina, junto com o ITESP. A usina pegou o dinheiro do financiamento e eu só fiquei com a dívida. Tive um prejuízo de \$10.300 reais e não tenho como pagar. O único dinheiro que vi foi um adiantamento de \$600 reais, no começo, depois não recebi nada. Nunca tinha plantado cana e acabei trabalhando de graça para a usina. Eu tinha que adubar e carpir a cana, além de arrendar a terra. Com os meus colegas aconteceu a mesma coisa. A queima da cana é perigosa e o veneno também. A usina joga veneno de avião e prejudica as plantações de comida, os animais e a água. O governo prejudica os assentados, não dá assistência e ficamos isolados, abandonados à nossa própria sorte. Não temos infra-estrutura nos assentamentos e o governo só apóia os usineiros e os banqueiros. Isso está trazendo fome e muita gente é obrigada a trabalhar no corte da cana, porque o governo não faz a reforma agrária. Ele abandonou o povo pobre. O Lula esqueceu que foi migrante em São Paulo e não investe nos pequenos. Então, como podemos dizer que somos um país democrático? Isso é falsa democracia. O povo pobre tem que se unir, não podem tratar os pobres como bandidos”.

O município de Andradina tem sido palco de grandes lutas pela reforma agrária. Foi aqui onde surgiu o primeiro assentamento do estado de São Paulo e um dos primeiros do Brasil. A região conta

hoje com cerca de 40 assentamentos e é simbólica por sua história em defesa da agricultura camponesa.

Manoel de Oliveira é assentado e membro do MST. Ele conta essa história:

“Meu pai veio a pé de Alagoas para São Paulo. Sofreu muito. Era arrendatário na fazenda Primavera, na produção de algodão. Era o mesmo que ser escravo. O patrão pagava o preço que queria e quando queria. Os jagunços ameaçavam quem reclamava. Em 1979, a CPT fez a luta pela desapropriação da fazenda, que não tinha escritura. A desapropriação aconteceu dia 8 de julho de 1980, durante a ditadura militar, na época de João Figueiredo. Foi o primeiro assentamento de São Paulo e a desapropriação aconteceu por causa da grilagem de terra. Era um fato inédito! Foram assentadas 346 famílias, mas o governo apostava no fracasso do assentamento. Achava que as famílias iam se enrolar nos bancos e perder a terra. Tivemos apoio da igreja e depois veio o MST, mas as lideranças eram intimidadas por jagunços. O INCRA também tentou afastar o grupo que organizava as famílias, através de boicote e cooptação, para enfraquecer a organização. O INCRA não queria a reforma agrária. Então, dava o título definitivo, abria as portas do Banco do Brasil e, com os juros altos, as famílias não tinham como pagar o financiamento. Os lotes iam a leilão e os primeiros a arrematar eram os advogados do Banco do Brasil. Essa era a forma de regularizar a terra grilada.

Aqui em Andradina tem 40 assentamentos. Mas se toda a terra grilada fosse para a reforma agrária, daria para assentar mais 12 mil famílias. Com a chegada da cana, muitos pequenos resolveram arrendar a terra para a usina. Mas foi um inferno, é o mesmo que perder a terra porque o usineiro controla tudo. Também tem uma estratégia de sufocar as famílias que não querem arrendar e ficam cercadas de cana. A usina joga veneno de avião, arranca as árvores e não tem fiscalização. A fuligem da cana suja tudo, os caminhões de cana

passam dentro dos assentamentos, acabam com as estradas, é um desespero”.

O padre René, Dirigente MST, relembra a luta pela terra na região:

“A luta aqui nunca parou. Desde 2001, 45 fazendas foram declaradas improdutivas, mas ainda estamos lutando pela desapropriação. A reforma agrária no Brasil é fruto da luta. Na época do Fernando Henrique, queriam ‘emancipar’ os assentamentos, mas o governo não deu nenhuma estrutura. Era uma forma que o governo encontrou para deixar de ter responsabilidade com os projetos de reforma agrária e fazer com que as famílias vendessem os lotes. Vinham os agiotas e enganavam os assentados, para ficarem inadimplentes. Aí diziam que a reforma agrária não podia dar certo.

A cana se expandiu na região há três anos. A usina planta cana em áreas vistoriadas para impedir a desapropriação. Os pequenos agricultores têm pouca opção e apoio para outras culturas e a usina faz propaganda para arrendarem a terra. Depois mudam as regras dos contratos e enganam os agricultores, por isso quem arrendou já não quer mais. Nós estamos lutando por alternativas de renda nos assentamentos, para diversificar a produção e manter os jovens no campo”.

Marineuza da Silva é assentada na região de Andradina e confirma a denúncia contra as usinas de cana:

“Nós fizemos um contrato de arrendamento com a usina, mas sempre atrasam o pagamento e não pagam o que combinaram. Não vejo a hora de acabar esse contrato. Prefiro plantar outras coisas. A usina está devendo pra todo mundo, tem muita reclamação. A usina joga veneno, arranca as árvores à noite, escondido da fiscalização”.

O assentado Francisco Alves tem a mesma opinião e reclama da falta de apoio do governo para a agricultura camponesa:

“A usina não cumpre o contrato e faz o maior rolo. Ainda não recebi nada pela safra do primeiro

ano. Eu só arrendei porque não tive apoio para plantar. A política do governo é inviável para os pequenos, os insumos são muito caros, os impostos são muito altos e não temos subsídio”.

Outro assentado, M. S., (que não quis se identificar), reforça o argumento e seu sonho de conquista da terra:

“O governo não tem projeto para as famílias do campo. Os jovens desanimam porque não têm opção. Eu arrendei, mas a usina não cumpriu o contrato e só paga atrasado. Nunca recebi nada pelo primeiro ano de safra e este ano eu deveria ter recebido em maio, mas até agora, nada. Nunca mais vou arrendar. Todo mundo que arrendou teve prejuízo. Os assentados são prejudicados e isso passa uma idéia negativa da reforma agrária. Esses projetos são feitos para dar errado, para desestruturar a vida no campo, mas meu sonho é ficar aqui e deixar meus filhos na terra. Não quero ter título de propriedade, quero ter direito de trabalhar na terra”.

Outro sério problema apontado por grande parte dos assentados que estão cercados pelos canaviais é a contaminação de suas lavouras por agrotóxicos, pelo vinhoto ou a fuligem da cana. O assentado Sivaldo de Almeida explica:

“Gosto de viver no campo. Eu tenho meu cultivo e também crio abelhas para produzir mel. Mas depois que a usina chegou na região, perdi a produção de mel, por causa da contaminação. A usina joga veneno de avião, cai nas plantações de milho, feijão, nas hortaliças, nos açudes. Também apareceu uma mosca que ataca a gente e o gado, por causa do desequilíbrio ecológico causado pelo vinhoto da cana. É terrível. Temos que passar veneno no gado, que fica todo ferido, se batendo, e as vacas param de comer e de dar leite. É um prejuízo grande. Já fomos reclamar na usina, mas não tomaram nenhuma providência. O efeito da queima da cana também é terrível, suja tudo, as casas ficam pretas de cinza”.

Várias denúncias contra as usinas foram encaminhadas pelos assentados, mas sem solução, como no caso de Fátima Zotelli:



FOTO: DOUGLAS MANSUR

“Já fizemos várias denúncias porque a usina joga o vinhoto no solo do nosso assentamento, que fica poluído pela alta concentração de elementos químicos, altamente corrosivos, e atinge também o lençol freático. O cheiro é horrível. Fizemos B.O. na delegacia, no Ministério Público do Meio Ambiente, consultamos um agrônomo, temos que resolver esse problema. Por causa do vinhoto, o gado fica aglomerado para se proteger das moscas e não pasta. Isso traz um grande prejuízo financeiro. A nossa produção de leite caiu 40%. A mosca afeta também outros animais: porcos, galinhas, cachorros. Os aviões da usina passam em vôo rasante e jogam veneno em tudo. Mas a usina troca favores com a prefeitura e ninguém faz nada”.



FOTO: DOUGLAS MANSUR

## Falsa tentativa de certificação do etanol<sup>34</sup>

No dia 25 de junho de 2009, o presidente Lula assinou um pacto de “livre adesão” com representações governamentais, de trabalhadores e empresários, produtores de etanol, sob o nome de “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. O documento teria supostamente o objetivo de estimular “melhores práticas” nas relações de trabalho e garantir o denominado “trabalho decente”. Com essa finalidade, adotou como principais pontos a contratação direta (fim da terceirização), o acesso do diretor sindical aos locais de trabalho, o transporte seguro e gratuito, assegurar o mecanismo de aferição de produção previamente acertada com o trabalhador, além do fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

O acordo não acrescenta nada às conquistas já existentes na legislação trabalhista e nos dissídios coletivos, os quais são descumpridos, de forma crônica e contínua, pelas empresas que empregam os canavieiros. Então, quem serão os beneficiados neste acordo? Tudo indica que, mais uma vez, serão os usineiros.

De fato, o principal objetivo deste acordo é preparar o terreno para a certificação da atividade canavieira pelas empresas, sem mudar suas práticas, mas atestando a “qualidade” das condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. Para as organizações de direitos humanos e movimentos sociais, a motivação deste acordo

visa unicamente sanar a rejeição internacional ao etanol brasileiro, provocada pelas inúmeras denúncias que comprovam a relação intrínseca entre a produção de agrocombustível com o trabalho escravo e a devastação do meio ambiente.

## O acordo não muda o quadro de escravidão nos canaviais

*Entrevista com Bruno Ribeiro, advogado da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e da FETAPE (Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco).*<sup>35</sup>

“Historicamente, a atividade sucroalcooleira tem sido geradora de profundos desrespeitos aos direitos humanos e de graves danos ao meio ambiente. Nos últimos anos, com a expansão indiscriminada dos canaviais, aumentou a superexploração dos trabalhadores e o trabalho escravo. Mas a sociedade brasileira e diversas forças em todo o mundo têm denunciado esses fatos e exigido mudanças. Entendo que este acordo foi uma tentativa de responder a essas denúncias e reivindicações. Mas é uma resposta tímida e até acanhada, sem o poder de gerar mudanças significativas nas condições de trabalho e de vida dos canavieiros e, muito menos, na questão

<sup>34</sup> Comissão Pastoral da Terra, *CPT denuncia tentativa de certificação do etanol*, 25/06/2009. <http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=2205>

<sup>35</sup> Entrevista realizada pelo Setor de comunicação da CPT NE2.

ambiental, pois esta não foi sequer tratada no acordo.

O acordo foi construído em negociações tripartites, envolvendo representações sindicais dos trabalhadores rurais e representações das usinas, com a mediação da Secretaria Geral da Presidência da República. Então, o Governo Federal agiu como articulador e mediador dos entendimentos. Entretanto, diante da gravidade dos impactos sócio-ambientais acumulados em razão da atividade canavieira, o Estado teria um papel muito maior do que simplesmente mediar. Precisaria agir de forma sistêmica e integrada. Por exemplo, regulamentar, condicionar o acesso aos recursos públicos e a metas sociais e ambientais, punir infratores, cobrar débitos fiscais e tributários.

Não enxergo mudanças para os canavieiros em decorrência de um acordo que não prevê metas, não estabelece mecanismos de controle e monitoramento, não fixa sanções e, sobretudo, deixa de fora muitas questões vitais como alimentação no local do trabalho, a questão salarial, a jornada diária compatível com a saúde humana, o grave problema habitacional, o seguro-desemprego, a criação de oportunidades para evitar a migração, a melhoria da fiscalização pelas superintendências regionais do trabalho, entre outras.

Este setor tem um conhecido perfil histórico de descumprimento de normas obrigatórias, como são as leis trabalhistas e ambientais, bem como as convenções coletivas. Não há como apostar na “livre adesão”, sem qualquer sanção ou punição prevista. No ano passado, andamos 1.500 quilômetros nos canaviais paulistas, ouvindo canavieiros nas suas casas e locais de trabalho, escutando setores organizados da sociedade que acompanham a sua vida e a sua luta bastante difícil. Encontrei

em São Paulo uma situação muito distante que uma certificação pudesse atestar como detendo níveis satisfatórios de qualidade de trabalho, de vida e de preservação ambiental. E, se em São Paulo o caminho ainda é bastante longo, no Nordeste e no Centro-Oeste ainda é mais irreal se pretender uma certificação de boas práticas, de trabalho decente e de segurança ambiental, baseada neste tipo de acordo.”

## Os Canavieiros: Pretexto dos Problemas e Excluídos das soluções<sup>36</sup>

A observação do encerramento da safra 2008/09 do setor sucroalcooleiro de Pernambuco permite fazer um recorte na linha histórica dessa centenária monocultura, a partir das ações e omissões dos vários atores sociais, dentre os quais os próprios empresários, o Ministério Público do Trabalho, a Superintendência Regional do Trabalho, o Governo do Estado, o Poder Judiciário e os trabalhadores rurais canavieiros e suas entidades sindicais.

A Superintendência Regional do Trabalho, principal promotor das Forças Tarefas, encontra-se com graves dificuldades estruturais, com carência de servidores e de material de apoio, ocorrendo uma lenta reformulação e reestruturação para atuar mais eficientemente no meio rural, não apenas da Zona da Mata, mas em todo o Estado.

Após uma crise e rompimento com o Ministério do Trabalho e Emprego quanto à atuação conjunta no Grupo Móvel contra o trabalho escravo, o Ministério Público do Trabalho (MPT), por sua vez,

<sup>36</sup> Texto de Daniel Viegas, advogado da Comissão Pastoral da Terra, PE.





FOTO: CARMELO FIORASO

Historicamente, a atividade sucroalcooleira tem sido geradora de profundos **desrespeitos** aos direitos humanos

passou a realizar fiscalizações no setor, independente das Superintendências Regionais do Trabalho, com o objetivo de forçar os usineiros a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para o cumprimento da NR31.

Em 2009, depois da realização de um TAC com os usineiros de Alagoas, o MPT buscou repetir essa atuação com os empresários de Pernambuco, fiscalizando algumas usinas, interpondo uma Ação Civil Pública e estabelecendo uma série de audiências públicas que nos permitiram analisar a dinâmica dos atores e os pretextos e justificativas usados para explicar suas ações e omissões, sem que nada fosse efetivamente realizado na defesa dos que mais precisavam.

Na atuação do MPT em relação às moradias dos poucos sitianteiros que ainda restam, a atuação e multa das usinas e fornecedores de cana provocaram a orientação dos órgãos representantes dessas categorias a expulsar o mais rapidamente possível todos os canavieiros que ainda residam no campo. Há uma completa ausência de contato com a realidade dos agricultores, causando o despejo de um grande número de famílias como efeito “colateral” da ação, conduzindo essas famílias às chamadas pontas de rua (favelas das cidades do interior), onde passam a viver em situação de extrema precariedade. Mas, como os próprios Procuradores justificam, as moradias dessas famílias expulsas não são mais da competência legal do MPT, mas do Ministério Público.

Quanto aos agricultores resgatados em situação de trabalho escravo, o pagamento dos direitos trabalhistas e a inscrição no auxílio desemprego são paliativos para trabalhadores que jamais serão novamente empregados no setor. As empresas exercem controle sobre a mão de obra pouco qualificada, que forma um numeroso exército de reserva da miserável Zona da Mata pernambucana.

Os usineiros, por sua vez, adiaram o quanto quiseram a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, sob a justificativa de que havia uma crise econômica instalada no setor, decorrente da falta de crédito internacional, o que teria inviabilizado a realização de contratos bancários que permitiam o adiantamento de créditos pelas vendas antecipadas de açúcar no mercado internacional. Diante da insolvência de inúmeras empresas do setor, os empresários usam como pretexto para justificar a intervenção do Estado (União e Governo Estadual) na economia, a manutenção dos empregos dos canavieiros. Para os trabalhadores, o corte da cana durante quatro meses por ano é a única alternativa econômica na Zona da Mata pernambucana.

Todavia, após o início da safra, com o preço recorde do açúcar no mercado internacional<sup>37</sup>, os empresários deixaram de reivindicar a intervenção do Estado na economia. Porém, permanece a exploração e a precarização da mão de obra, para a qual não chegam as faturas do aquecimento do mercado.

O Ministério Público do Trabalho, com sua proposta de acordo com os usineiros, e a fraterna compreensão das dificuldades dos empresários, finda por regular o cumprimento gradual da NR 31, sob o pretexto de defender os interesses dos canavieiros. Contudo, considera-se que a Justiça do Trabalho tem realizado as composições das reclamações trabalhistas individuais muito aquém do regulado no TAC. Será que o MPT está de fato defendendo os interesses dos trabalhadores e fiscalizando a lei ou, na verdade, está sendo o “ino-

cente útil” no favorecimento dos interesses empresariais em obter a certificação do setor?

Os comportamentos seguintes fazem crer que, de fato, o que ocorreu foi o favorecimento dos usineiros pelo MPT, posto que não foram realizadas ações de fiscalização pela Procuradoria do Trabalho nesse recente período de safra, onde há um maior número de trabalhadores, nem houve qualquer participação da Superintendência do Trabalho no Estado. Os Canavieiros ficam reféns de um Termo de Ajustamento de Conduta que não se operará na prática, pois o Poder Judiciário tem sido benevolente com as usinas que não honram seus débitos financeiros.

Nenhum desses atores se preocupa em cobrar do Estado uma alternativa para a crise que se repete secularmente na região. Os usineiros buscam manter seu domínio sobre as terras da Zona da Mata e o Ministério Público do Trabalho não contribui efetivamente para que os trabalhadores se libertem do monocultivo da cana. Embora os órgãos de Estado sejam responsáveis por zelar pela correta aplicação das normas trabalhistas, não esboçam qualquer preocupação com a sanção constitucional imposta aos proprietários de terras que não cumprem a legislação trabalhista e descumprem, por consequência, a função social do imóvel.

O Estado não propicia a criação de alternativas de renda a essas famílias, vítimas da concentração de terra e do monopólio econômico na região. Assinar os TACs não protege os trabalhadores, mas tem um papel essencial de ajudar os empresários a obter uma certificação formal, sob o pretexto de garantir direitos trabalhistas. Esta prática, na verdade, mantém a exploração do trabalho, a concentração da terra e da riqueza. Os trabalhadores canavieiros não possuem outra alternativa econômica ou o direito de escolher um destino diferente. O monopólio das usinas é exercido não apenas sobre a terra, mas sobre a vida da população camponesa.

<sup>37</sup> Segundo a CONAB, o preço do açúcar teve alta de 80% na safra de 2009, [http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3cana\\_09.pdf](http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3cana_09.pdf).

# Campanha pelo Limite Máximo da Propriedade da Terra no Brasil

**“Não se pode manter uma estrutura agrária imutável,  
desde o período colonial.”**

Em 2009, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, em articulação com a Assembléia Popular e outras entidades, movimentos populares e pastorais sociais, lançam o plebiscito popular pela emenda constitucional que estabelece o Limite Máximo da Propriedade da Terra no Brasil. O objetivo é incluir no artigo 186 da Constituição Federal um inciso que limite o tamanho das propriedades rurais em 35 módulos fiscais. As áreas acima deste limite seriam declaradas de interesse público. Não se pode manter uma estrutura agrária imutável, desde o período colonial. O latifúndio tem sido responsável pela violência no campo, através da criação de milícias armadas. A campanha visa criar mecanismos institucionais para a efetiva superação do latifúndio no Brasil, que representa a raiz da desigualdade social e econômica. Defendemos uma ampla reforma agrária, que irá propiciar o acesso à terra para milhões de trabalhadores, além de aumentar a produção de alimentos para o mercado interno, eliminando a fome<sup>38</sup>.

<sup>38</sup> CPT: <http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=130&eid=134>

## CONFISSÕES DO LATIFÚNDIO

Por onde passei,  
plantei a cerca farpada, plantei a queimada.

Por onde passei,  
plantei a morte matada.

Por onde passei,  
matei a tribo calada, a roça suada,  
a terra esperada...

Por onde passei,  
tendo tudo em lei, eu plantei o nada.

*D. Pedro Casaldáliga*

